

Quarta-Feira, 16 de Setembro de 2026

Cuiabá promove audiências públicas para discussão do orçamento de 2027

Prefeitura realiza encontros nos dias 17 e 18 para definir prioridades orçamentárias com participação da população.

A administração municipal de Cuiabá convida a população para participar de audiências públicas dedicadas à discussão do planejamento orçamentário para 2027. Os encontros estão agendados para quinta e sexta-feira (17 e 18 de dezembro), iniciando às 14h30, no auditório da CuiabáPrev, com acesso aberto a todos os interessados.

Esses encontros constituem uma estratégia fundamental no processo de planejamento municipal, permitindo que cidadãos acompanhem debates sobre previsão de receitas e despesas. Os participantes terão a oportunidade de apresentar sugestões e demandas comunitárias que possam integrar as ações e políticas públicas previstas para o próximo exercício financeiro.

A Lei Orçamentária Anual funciona como principal instrumento de gestão financeira do município, consolidando a estimativa de arrecadações e definindo todas as despesas autorizadas para o período. Seu desenvolvimento obedece rigorosamente às orientações estratégicas do planejamento municipal e aos marcos regulatórios orçamentários estabelecidos.

A iniciativa reforça o compromisso com a transparência administrativa e expande as possibilidades de engajamento social na definição das prioridades municipais. Ao promover esse espaço de diálogo, a prefeitura reconhece a importância da participação cidadã na alocação de recursos públicos e na construção de um orçamento mais alinhado às necessidades reais da comunidade.

A presença da sociedade civil nesses eventos contribui significativamente para um processo orçamentário mais inclusivo e democrático. Os encontros foram formalizados através de edital de convocação específico, garantindo que ambas as audiências ocorram conforme cronograma estabelecido, sempre no turno da tarde, no mesmo local.

Para a população, esta é uma oportunidade valiosa de acompanhar como a administração pretende aplicar os recursos disponíveis e de influenciar as escolhas que definirão os investimentos e serviços públicos para 2027. A participação representa não apenas um direito, mas também um dever cívico de quem deseja contribuir para melhorias na gestão pública municipal.